



Prólogo — À Paciência Nacional

Meu caro leitor , depois de cinquenta anos de independência e trinta de desconfiança —, saiba que este livro não é um panfleto, nem um relatório, nem um sermão patriótico. É antes um retrato ao espelho — e que espelho! —, desses que deformam tanto o rosto que o próprio reflexo pede desculpa.

Vim contar-lhe, com as tintas do humor e a pena do desespero, a história de um país que nasceu com promessas e cresceu com pretextos; que marchou sob bandeiras novas, mas sempre com os mesmos generais invisíveis — o poder, a vaidade e o estômago.

Se o senhor for patriota, talvez se ofenda; se for cínico, talvez sorria; se for

sábio, fechará o livro e irá dormir.

Mas fiquemos, por enquanto, acordados — para ver se o sonho nacional se concretiza, ao menos no papel.

Capítulo I — O Batismo da Pátria

Lembro-me bem daquele dia, 25 de junho de 1975 — não porque a história o celebrou, mas porque o meu estômago o registou melhor do que a memória.

A cidade amanheceu em festa e em fome, e eu, jovem funcionário do recém-criado Ministério da Organização Nacional, fui convocado para assistir ao nascimento oficial da pátria. Disseram-me que seria um “momento histórico”, e foi — sobretudo pelo calor e pela demora.

As ruas estavam cobertas de bandeiras novas e discursos reciclados. Samora falava no rádio, as pessoas dançavam, novos, velhos — todos no mesmo tom das palavras de ordem. Era o fim de uma era, diziam.

Mas, olhando de perto, o fim e o começo se pareciam muito. O velho administrador colonial fora substituído por um camarada com igual bigode e vocabulário mais revolucionário.

Chamava-se camarada Alberto, mas todos o tratavam por “senhor diretor”,

por hábito, medo ou nostalgia — difícil distinguir.

De minha parte, confesso que entrei na independência com uma pasta de couro herdada do tempo colonial, e uma fé nova, dessas que brilham mais quando ninguém as testa.

Eu acreditava, leitor — sim, acreditava com a inocência que hoje invejo — que o país nascera para a justiça, a igualdade e o pão.

O pão, sobretudo.

A primeira grande reforma que vivi foi a nacionalização das padarias. A palavra “ nacionalização ” tinha um perfume de eternidade, e eu imaginava que o pão, agora do povo, seria abundante e gratuito, como o ar. Descobri, contudo, que a única coisa gratuita no socialismo era o entusiasmo.

A padaria do bairro, antes chamada “ Panificação Vitória ”, tornou-se “Unidade Popular de Produção Alimentar nº 4”. O nome cresceu, o pão sumiu.

Havia reuniões às seis da manhã, para discutir “estratégias de produção coletiva”. O padeiro, um velho mulato chamado Ernesto, já não amassava a massa — filosofava sobre ela.

Um dia, perguntou-me com seriedade:

— Companheiro, o que é que o pão significa?

Respondi com a sinceridade dos tolos:

— É o símbolo da luta!

E ele, cansado, replicou:

— Então o símbolo está cru.

Mas não pense o leitor que éramos infelizes. Havia uma alegria funda em tudo aquilo — talvez a alegria de não sabermos ainda o tamanho do erro.

As pessoas falavam de “nova consciência”, “homem novo”, “povo unido”.

Eu falava de aumentos.

Nas ruas, o entusiasmo era tão denso que se podia cortar com faca.

Vi homens abraçando postes, mulheres chorando de emoção, e um vizinho — o senhor Caetano, reformado e monárquico — gritando “Viva a liberdade!” só porque pensou que lhe devolveriam a loja.

A pátria era uma criança nascida de parto difícil: chorava alto, mas ninguém tinha leite.

Ah, leitor, permita-me uma digressão — porque em Moçambique as histórias sempre pedem licença para se perder.

O primeiro salário que recebi como funcionário do Estado livre vinha

carimbado com o selo da “República Popular”.

Guardei-o como relíquia, até perceber que a inflação era mais rápida do que a história.

Quando fui ao mercado, o dinheiro já valia menos que o discurso do ministro da Economia — o que, convenhamos, não era pouco.

Nesse tempo, acreditávamos que o futuro era uma questão de fé.

E fé tínhamos, em abundância — fé no partido, fé na pátria, fé no camarada Samora, e, sobretudo, fé de que a fila do arroz terminaria algum dia.

Lembro-me do meu amigo João Sem Medo, um homem de coragem limitada, que trabalhava comigo na repartição.

Chamavam-no assim ironicamente, porque era o primeiro a fugir quando alguém gritava “reunião extraordinária”.

Naquele mesmo 25 de junho, encontrei-o na fila do sabão (outro artigo revolucionário).

— Companheiro, o país é nosso! — exclamou ele, com os olhos brilhando de suor e esperança.

E eu, que já ensaiava o ceticismo como quem experimenta um novo chapéu, perguntei:

— Nosso de quem, João?

Ele pensou, olhou para o sabão e respondeu:

— Nosso, mas há quem guarde a chave.

Essa frase ficou-me na cabeça como um refrão secreto.

Naquele momento, não percebi o seu alcance. Hoje, cinquenta anos depois, vejo nela toda a filosofia da pátria.

O país é nosso — mas sempre há alguém com a chave.

Nos meses seguintes, veio a euforia das campanhas: alfabetização, vacinação, mobilização.

Fui enviado ao campo para “conscientizar” camponeses sobre o papel histórico do trabalho coletivo.

Um velho agricultor, ouvindo-me citar Marx e a FRELIMO, perguntou-me:

— Filho, o que é isso de revolução?

E eu, sem saber simplificar a ideologia, respondi:

— É o povo a tomar o poder.

Ele riu, mastigando a calma dos sábios, e disse:

— Então já começou: o poder tomou o povo.

Voltei a Maputo convencido de que o problema era o camponês, não a teoria.

Demorei vinte anos para perceber que ele é que estava certo.

Mas não quero parecer ingrato. Houve grandeza naquele tempo — sincera, crente, ingênua.

As pessoas acreditavam que a moral podia ser política de Estado e que a pobreza seria vencida a golpes de slogans.

A história, coitada, é como o casamento: começa com promessas eternas e termina com silêncio constrangido.

Nos primeiros aniversários da independência, ainda se cantava alto, e o povo, embora cansado, fingia acreditar.

Depois vieram as ausências — o arroz, o açúcar, o pão e, por fim, a paciência.

A guerra civil começou discretamente, como começam as más notícias: uma emboscada ali, uma sabotagem acolá, e logo o país se dividiu entre patriotas e traidores — categorias que mudavam conforme o orador.

Quanto a mim, continuei na repartição, fiel ao dever e ao salário.

A cada troca de ministro, trocávamos também o retrato na parede, mas o pó era o mesmo.

O país envelhecia na esperança e rejuvenecia na desculpa.

E assim, leitor, nasceu Moçambique — entre gritos, hinos e carências.
Foi um parto heroico, mas com parto duplo: junto da independência,
nasceu também a burocracia.
Ambas choraram alto. A primeira por necessidade, a segunda por hábito.

Capítulo II — O Plano e o Pão

O leitor talvez suponha que, após o batismo da pátria, veio a infância feliz.
Engano de principiante. Moçambique não teve infância — nasceu adulto
e endividado.

Logo nos primeiros anos, descobrimos que a liberdade é uma bela senhora,
mas de apetite caro. A pátria, recém-liberta, precisava comer, vestir-se,
produzir — e, sobretudo, preencher relatórios.

Em 1977, fui promovido a “Chefe Interino de Planificação da Produção
Popular” — cargo que, pela extensão do nome, já exigia uma razão
especial de paciência.

A minha função era simples: planificar. Ou seja, adivinhar o futuro e
transformá-lo em tabelas.

Todos os meses recebíamos do Ministério Central um número mágico — chamava-se “meta”.

A meta era como Deus: invisível, inacessível e sempre certa.

Se a produção falhava, era culpa do clima; se o clima falhava, era culpa da contra-revolução; se tudo falhava, era vitória moral.

Tínhamos uma fábrica estatal de calçados, a “Unidade Económica do Povo nº 12”.

Ali, a revolução marchava — descalça, mas confiante.

Os operários trabalhavam com zelo e slogans.

A cada segunda-feira, antes de ligar as máquinas, fazíamos uma reunião de motivação ideológica.

Um camarada lia trechos do discurso do presidente, outro traduzia para o changana, e um terceiro tomava notas para o relatório seguinte.

A produção, coitada, esperava pacientemente a vez.

Certa vez, perguntaram-me quantos pares de sapatos produziríamos no semestre.

Respondi, com fé estatística: “Dez mil pares!”

Na verdade, não produzimos nenhum — mas imprimimos 500 cartazes com a frase Produzir é Vencer!

Se o leitor acha que exagero, que venha o testemunho do camarada

Alfredo, contabilista da unidade, homem de poucas palavras e muita tinta.

Um dia, após uma reunião especialmente entusiasmada, ele sussurrou-me:

— Companheiro, se produzíssemos tanto quanto relatamos, já haveria sapatos até para as galinhas.

Essa frase, que me pareceu cínica na época, é hoje uma das definições mais exatas da economia planificada: um regime onde a ficção é estatística oficial.

Mas não se pense que éramos infelizes — havia algo de poético em acreditar que as palavras movem máquinas.

O problema é que a poesia não calça os pés.

Em casa, o entusiasmo era o mesmo.

Minha mulher, Zenaida, acreditava firmemente na “autossuficiência doméstica”.

Plantava tomate no quintal, guardava sabão como ouro e discutia o marxismo com as vizinhas.

O bairro inteiro era uma experiência socialista: todos iguais, todos pobres e todos fiscalizando o quintal alheio.

O único sinal de riqueza era o rádio — e mesmo esse tocava apenas canções patrióticas.

Ouvíamos o hino nacional tantas vezes que os meninos começaram a usá-lo como canção de embalar.

Um dia, João Sem Medo apareceu em casa com um ar triunfante.

— Consegui carne! — anunciou.

Eram ossos, mas já não se discutia semântica.

Comemos felizes, porque comer, naquele tempo, era ato político.

Mas a pátria, essa senhora faminta, exigia mais do que ossos.

O governo lançou o “Plano Quinquenal de Desenvolvimento” — nome que me soava a conjuração.

Três ministros, dois economistas e uma dúzia de slogans tentavam explicar ao povo o que era o plano.

Em resumo: era um mapa para o futuro, desenhado por quem nunca visitara o presente.

O plano previa o fim da fome, o aumento da produção e a formação do “homem novo”.

Esse último objetivo intrigava-me: que tipo de criatura seria esse homem novo?

Perguntei ao meu chefe, o camarada Ernesto Nogueira, homem severo e místico da estatística.

Ele respondeu sem pestanejar:

— O homem novo é o que pensa no coletivo.

— E come o quê? — perguntei.

— Come ideologia — respondeu, sério.

De fato, comemos ideologia durante anos, acompanhada de esperança cozida e fê frita.

O pão, esse, tornara-se artigo mitológico.

Certa manhã, um rumor espalhou-se: “Chegou farinha!”

Corremos todos à padaria, que, por ironia, se chamava “Unidade Popular de Abastecimento N° 3”.

Quando lá chegámos, havia apenas um aviso na parede:

“Camaradas, hoje não há pão, mas há confiança!”

Foi o dia mais filosófico da minha vida.

Mas não pense o leitor que falo com rancor.

Havia nobreza naquele delírio.

Acreditar no impossível é um dom que poucos povos conservam por tanto tempo.

Talvez tenhamos exagerado no zelo — queríamos ser iguais e acabámos

todos iguais... de mãos vazias.

À noite, no bairro, falava-se da guerra que crescia nas províncias, dos boatos, dos desaparecimentos.

Mas ninguém sabia exatamente o que era a RENAMO — alguns pensavam que fosse doença tropical.

Enquanto isso, a cidade mantinha a rotina: filas, marchas e discursos.

Eu, que começara a duvidar de tudo, mantinha a fé no calendário — o mês seguinte traria novidades, pensava.

E trouxe: cortes de energia, racionamento e uma nova palavra no vocabulário nacional — escassez.

Soava quase bonita, como um apelido de mulher: “A escassez chegou, mas promete durar pouco”.

Durou uma década.

Entretanto, o velho Ernesto, o padeiro filósofo, desapareceu.

Diziam que fora para a África do Sul, trabalhar numa padaria capitalista — uma traição.

Mas eu compreendi-o: talvez quisesse apenas reencontrar o símbolo que ficara cru.

Passados tantos anos, reconheço que o socialismo moçambicano foi como um pão mal cozido: bom na receita, mas com o forno rachado.

E nós, fiéis padeiros da utopia, continuamos a amassar a esperança, mesmo sabendo que o fermento já não reage.

Capítulo III – A Viragem (ou Como Aprendemos a Amar o FMI)

Ninguém morre duas vezes, dizem. Discordo. Eu morri ao nascer, renasci sob bandeiras vermelhas, morri de novo quando as trocaram por logotipos. A primeira morte foi fisiológica; a segunda, ideológica.

Na minha juventude, o país tinha um credo: chamava-se socialismo, e era tão puro que não resistiu à convivência com os vivos. Falava-se de igualdade, de povo, de luta contra o imperialismo — e o arroz escasseava com uma regularidade quase científica. O povo, sempre engenhoso, aprendeu a transformar a falta em virtude: comíamos pouco, logo éramos revolucionários.

Quando vieram os economistas, os consultores, as “reformas estruturais” e as visitas das delegações do Fundo, houve quem chorasse a morte do ideal. Eu não. Estava ocupado demais tentando compreender o novo catecismo.

O socialismo falava de justiça; o mercado, de eficiência. O primeiro prometia o paraíso coletivo; o segundo, o inferno individual — mas com ar condicionado. A moeda passou a ser mais santa do que qualquer bandeira. As orações mudaram: “Dai-nos hoje o nosso crédito de cada dia” e “Perdoai-nos os atrasos, assim como nós perdoamos os que nos devem”.

Lembro-me bem do primeiro seminário em que ouvi a expressão “ajuste fiscal”. A frase soou-me religiosa, como uma penitência moderna: “Arrependei-vos do vosso déficit e sereis salvos”. O orador, um senhor de gravata e sorriso tecnocrático, falava do Produto Interno Bruto com a mesma emoção com que os antigos padres falavam da alma.

Zenaida, que sempre teve mais senso do que eu, dizia-me:

— Mateus, o que é o FMI?

Respondi com a sinceridade dos ignorantes:

— Um parente rico que empresta dinheiro e depois nos ensina a economizar.

— E nós economizamos? — perguntou ela.

— Sim, as esperanças.

A verdade é que aprendemos depressa. Hoje, todo moçambicano de sucesso sabe três palavras em inglês: loan, project e capacity building. São os novos sacramentos. Nuno, meu filho, estudou economia e trabalha num banco. É um moço sério, não acredita em revoluções — acredita em targets. E quando fala do PIB, emociona-se quase tanto quanto o velho camarada falava da libertação.

Um dia, visitei o antigo edifício do partido. O busto do líder ainda estava lá, coberto de pó e resignação. Ao lado, uma placa nova: “Sede da Agência de Desenvolvimento Económico e Parcerias Internacionais”. Pensei comigo: a história é hábil em mudar o letreiro, sem varrer o chão.

E no fundo, quem sou eu para criticar? Fui socialista quando isso rendia moral; tornei-me liberal quando isso rendia subsídios. A coerência é um luxo que só os mortos podem ter — e mesmo assim, raramente.

Assim terminou a viragem: sem tiros, sem poesia, mas com powerpoints.

Os novos profetas usam Excel e acreditam na salvação via “reformas institucionais”. Chamam isso de progresso. Eu, mais modesto, chamo de reciclagem de ilusões.

Capítulo IV – O Novo Mundo (ou Como Vendemos o País em Suaves Prestações)

Não é que eu fosse contra o progresso — apenas contra o preço.

Quando me disseram que Moçambique entrara no “mercado global”, imaginei uma feira, com barracas, pregões e comerciantes risonhos vendendo mandioca e esperança. Enganei-me: o mercado global não tem barracas, tem memorandos de entendimento; não tem feirantes, tem consultores.

A primeira vez que ouvi falar de “investimento estrangeiro direto”, pensei que fosse uma praga agrícola. E, de certo modo, era: crescia depressa, ocupava terreno e, ao final, deixava o solo estéril. Mas havia uma novidade excitante — agora éramos capitalistas, ainda que de subsistência.

O país, dizem, abriu-se ao mundo. É verdade. Abriu-se tanto que quase se derramou. Vieram os projetos, os relatórios, as missões de avaliação. Os doadores internacionais passaram a ser como sogros generosos: dão o dote, mas decidem a decoração da casa.

Eu, já reformado da vida e da esperança, via a nova elite desfilar de carro importado e relógio suíço. Chamavam-se “empreendedores”, palavra que na época significava: “antigo camarada que aprendeu a usar o Excel”.

Zenaida, sempre prática, dizia:

— Mateus, o país está a crescer.

E eu respondia:

— Crescer? Sim, como cresce o jacaré: devagar, mas com dentes.

O governo falava de “democracia participativa”. O povo, cansado de participar, começou a praticar a única forma legítima de resistência: a indiferença. Nas eleições, os mortos votavam — e, às vezes, melhor do que os vivos. A urna era o confessionário da nação: entrava-se com culpa, saía-se absolvido.

As ONGs multiplicavam-se como mosquitos em janeiro. Havia uma para cada dor humana: fome, HIV, alfabetização, empoderamento, água,

sonhos. Cada projeto tinha sigla, logotipo e veículo 4x4. Era o novo evangelho: “ Em nome do Desenvolvimento, do Gênero e da Sustentabilidade, amém.”

Não pense, leitor, que falo com despeito. Eu mesmo fui voluntário num desses programas. Distribuía panfletos sobre “participação comunitária”, enquanto a comunidade distribuía olhares de tédio. Descobri, tarde demais, que a participação é uma palavra que significa “fazer parte da estatística”.

Havia uma beleza cruel nesse novo tempo: ninguém acreditava em nada, mas todos sorriam. O socialismo prometia o futuro; o capitalismo prometia a próxima tranche. Entre promessas, vivíamos financiados, auditados e endeusados.

Meu filho Nuno prosperava: subiu de banco a banco, de relatório a relatório. Disse-me, orgulhoso, que trabalhava com risco-país. Eu respondi que o verdadeiro risco era o país.

Assim passámos de povo revolucionário a povo de stakeholders. Aprendemos que o mundo não é dividido entre exploradores e explorados, mas entre quem consegue um contrato e quem espera ser subcontratado.

No fim, compreendi: o capitalismo é como um casamento por interesse — todos sabem o motivo, mas fingem acreditar no amor.

Capítulo V – O Gás, o Sangue e o Silêncio (ou Como Ficámos Ricos no PowerPoint e Pobres na Realidade)

Quando anunciaram a descoberta do gás, pensei que tínhamos enfim encontrado o paraíso — mas, como sempre, o paraíso vinha com contrato de confidencialidade. A televisão mostrava gráficos ascendentes, políticos sorridentes, investidores loiros. Parecia que o país inteiro tinha sido promovido a acionista do futuro.

Eu, defunto já experimentado em ressurreições patrióticas, limitei-me a sorrir. Tinha visto esse entusiasmo antes, em versões menos sofisticadas: primeiro era a independência, depois a paz, agora o gás. Sempre a mesma coreografia — discursos, bandeiras, aplausos, fome.

Lembro-me da primeira vez que ouvi a palavra prosperidade inclusiva. Era um seminário. O orador exibia uma apresentação em PowerPoint com

tanto fervor que parecia Moisés brandindo as tábuas da lei. Dizia que o gás natural traria “crescimento sustentado”.

Olhei para Zenaida, que cochichou:

— Sustentado por quem?

Respondi:

— Por nós, evidentemente. Alguém tem de segurar o gráfico enquanto eles sobem.

Vieram as empresas estrangeiras, as consultoras, os especialistas, os assessores, os peritos, os tradutores de peritos e os estafetas dos tradutores. Vieram todos, menos o milagre. O Norte virou manchete, o Sul virou anexo, e o centro — como sempre — virou estatística.

Mas o que mais me comoveu não foi o gás, foi a imaginação. Descobriram um país virtual onde todos éramos ricos — no PowerPoint. Era um Moçambique paralelo, em alta resolução, onde as estradas eram lisas, os hospitais tinham médicos e as crianças sorriam com dentes brancos de anúncio.

Nesse país imaginário, eu também existia — em formato pdf.

Até que um dia, o milagre virou mistério: falaram de dívidas ocultas. O povo, habituado a esconder fome, aprendeu que também se escondem

bilhões. O governo dizia: “Foi para o bem da segurança nacional.” E eu, que já morri uma vez por menos, perguntei: de quem estavam a proteger-nos?

As dívidas tinham nomes estrangeiros, mas o sofrimento, esse, era nacional. A inflação subiu, o metical emagreceu, e o povo passou a praticar o novo esporte nacional: sobreviver com dignidade imaginária.

Enquanto isso, as televisões exibiam anúncios sobre empoderamento juvenil. Nuno, meu filho, virou diretor de qualquer coisa com um nome inglês. Tinha carro, cartão corporativo e discurso de autoajuda.

— O país está a mudar, pai — dizia ele, com entusiasmo de acionista.

— Sim, meu filho — respondi. — O país muda de donos, não de destino.

Em Cabo Delgado, ouviam-se relatos de ataques, aldeias queimadas, gente fugindo. Mas no noticiário central, o que aparecia eram gráficos — e os gráficos, como se sabe, não sangram.

Zenaida, de luto por dentro e cansada por fora, fechava a janela ao cair da noite.

— Sinto o país pesado — disse-me um dia.

— É o cheiro do progresso — respondi. — Cheira a pólvora e gás.

Assim seguimos: ricos nos relatórios, pobres nas ruas, silenciosos nas urnas. Aprendemos a sorrir para sobreviver — e a acreditar em tudo, desde que venha com logo e financiamento externo.

No fim, percebi que o país se tornara uma alegoria perfeita da condição humana: todos fingem que acreditam, todos sabem que mentem.

Capítulo VI – O Cidadão Desaparecido (ou Como Aprendemos a Votar sem Acreditar e a Trabalhar sem Esperança)

Há mortos que assombram os vivos; eu, pelo contrário, sou um morto assombrado pelos vivos — especialmente por aqueles que ainda acreditam em eleições.

O país completava meio século de independência e, dizem, de soberania. “Cinquenta anos de conquistas!”, bradava a televisão. A frase soava a sarcasmo involuntário. Era o tipo de conquista que exige muito discurso e pouca verificação.

Os políticos, com os cabelos já domesticados pela idade e pelo poder, falavam em “renovação geracional”. Ora, em Moçambique, a juventude é uma metáfora; renova-se o discurso, mas o orador é sempre o mesmo.

As campanhas eleitorais tornaram-se uma espécie de carnaval sem música. Há panfletos, promessas, sorrisos e, claro, arroz distribuído em nome da democracia. Vota-se de manhã, lamenta-se à tarde e esquece-se à noite. A urna é o confessionário da esperança: cada eleitor deposita um pecado e sai absolvido pela indiferença.

Eu, que já morri, mas continuo curioso, tentei entender o que move ainda os vivos. Descobri que o voto moderno é um ato espiritual: não serve para mudar, mas para aliviar a consciência. É o placebo da cidadania.

O cidadão — figura outrora épica — foi desaparecendo aos poucos, como tinta ao sol. Hoje há consumidores, beneficiários, utentes, destinatários, mas cidadãos, propriamente, poucos. A democracia, sem povo, tornou-se uma peça de teatro encenada por atores cansados para uma plateia distraída.

Meu filho Nuno, agora quarentão e dirigente respeitável, dizia-me com

orgulho:

— Pai, estamos a consolidar a estabilidade.

Respondi-lhe:

— Sim, meu filho. Só não sei se é a estabilidade da paz ou a do cemitério.

E ele, sem perceber a ironia, sorriu — o que é compreensível: quem prospera raramente entende o sarcasmo.

Zenaida, minha viúva paciente, continuava a viver com dignidade, que é o último luxo dos pobres. Passava as manhãs na fila da água e as tardes assistindo às notícias, como quem observa uma telenovela cujo enredo já decorou. Às vezes falava sozinha:

— Dizem que o país está melhor. Deve ser noutro país.

O país, aliás, especializou-se em sobreviver. Tornou-se uma espécie de milagre fatigado, um corpo que, mesmo sem alma, continua a respirar. As pessoas já não protestam — opinam. Já não sonham — comentam. A indignação virou passatempo digital.

E eu, defunto, olho e penso: talvez a maior conquista dos cinquenta anos de independência seja esta — termos aprendido a viver sem acreditar.

O homem moderno moçambicano é um estoico tropical: trabalha sem fé, vota sem esperança e ri para não chorar. Herdou a coragem dos antepassados, mas sem a causa que a justificava.

Ainda assim, não o censuro. A sobrevivência, em certos tempos, é a forma mais discreta de heroísmo.

Epílogo – Reflexões do Além (ou A Arte Nacional de Recomeçar Sempre do Zero)

Leitor, se ainda me tolera — e suponho que sim, por curiosidade mórbida ou puro masoquismo literário — permita-me algumas derradeiras confissões. Não são conselhos, nem morais; apenas observações de alguém que já experimentou a vida inteira, a morte e a paciência humana.

Moçambique, cinquenta anos depois, é um país de promessas recicladas. Cada era teve o seu mito: o socialismo prometia pão, o mercado prometia riqueza, o gás prometia futuro. Hoje o que sobra é o ritual: filas, discursos, logotipos, auditorias e esperança em slow motion.

Zenaida continua firme na vida real. Nunca perdeu o tino, embora tenha testemunhado todos os meus exageros e desvarios patrióticos. Ainda conserva o pano azul que me serviu de mortalha imaginária e mantém a paciência que eu nunca soube merecer. Talvez seja a verdadeira heroína desta crónica: sobrevive à ideologia, ao marido e à história.

Meu filho Nuno prospera como se fosse o país inteiro em miniatura: bem-educado, bem-pago e bem-criado. É a prova viva de que alguns aprendem a dançar conforme a música, mesmo quando a orquestra desafina.

Quanto a nós, os cidadãos comuns — aqueles que não aparecem nos relatórios, que não brilham nos gráficos nem nos PowerPoints — aprendemos a rir e a sofrer simultaneamente. A ironia tornou-se uma forma de resistência, o sarcasmo, um tónico, e a resignação, uma habilidade digna de estudo.

Se há lição nestes cinquenta anos, é que a esperança é um músculo: ou se exercita, ou atrofiamos. O país, coitado, parece ter escolhido a ginástica leve — mas o povo ainda treina escondido.

Portanto, leitor, não lamente por mim nem pelo país. O defunto tem a

vantagem de olhar de cima e rir sem constrangimento; o país, por sua vez, continua a repetir os mesmos erros, sempre com entusiasmo renovado. E há beleza nisso, ainda que cruel: a perseverança na comédia humana.

Se alguma coisa pode ser resgatada, é simples: atenção ao cidadão, atenção ao pão, atenção à verdade. O resto... o resto é história, ou melhor, história revisada em PowerPoint.

E eu, que já fui jovem, cidadão, funcionário, marido e observador, digo-lhe finalmente: viver, morrer e lembrar é a arte nacional mais difícil. Mas também a mais engraçada — se o leitor tiver estômago para a ironia, claro.

Adeus. Ou melhor, até logo. Porque, se houver justiça, encontramo-nos um dia, e prometo recebê-lo com a mesma ironia com que testemunhei um país inteiro crescer, tropeçar e rir de si próprio.

FIM